



ARTIGO

# DIVULGAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA: A ATUAÇÃO DOS THINK TANKS (1983-1999)<sup>1</sup>

Contato  
Rua Murilo Furtado, 16  
90470-440 – Porto Alegre – RS – Brasil  
lidifriderichs@gmail.com

 Lidiane Elizabete Friderichs<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Pelotas  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

## Resumo

Esse artigo visa debater as políticas de divulgação e internalização do neoliberalismo na Argentina durante as décadas de 1980 e 1990. A análise é construída a partir da atuação do think tank Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA), buscando compreender a forma como esse elaborou estratégias para convencer a sociedade argentina, especialmente os empresários, de que a adoção do livre mercado era a solução para enfrentar a crise econômica e construir um país desenvolvido e rico. Nos anos 1990, com o governo de Menem, a Argentina vai adotar o receituário neoliberal, o qual obteve ampla aceitação social a partir de um trabalho sistemático de convencimento e internalização realizado por associações e think tanks como o IDEA.

## Palavras-chave

Neoliberalismo – Argentina – Think tank – Direitas – IDEA

<sup>1</sup> Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas no artigo. As fontes primárias foram pesquisadas no arquivo “Hemeroteca Revistas” da Biblioteca del Congreso de la Nación, na cidade de Buenos Aires.

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com período Sanduíche na Universidad de Buenos Aires. Professora Formadora do curso de Licenciatura em História à Distância da Universidade Aberta do Brasil/Universidade Federal de Pelotas (UAB/UFPEL), na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Participa do projeto “Configuração e crise de um novo homem para novas relações de trabalho: o caso brasileiro em perspectiva transdisciplinar e global” (com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e integra a rede Direitas, História e Memória).



ARTICLE

# DISSEMINATION AND INTERNALIZATION OF NEOLIBERALISM IN ARGENTINA: THE ROLE OF *THINK TANKS* (1983-1999)

Contact  
Rua Murilo Furtado, 16  
90470-440 – Porto Alegre – RS – Brazil  
lidifriderichs@gmail.com

 Lidiane Elizabete Friderichs  
Universidade Federal de Pelotas  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brazil

## Abstract

This article aims to discuss the policies of dissemination and internalization of neoliberalism in Argentina during the 1980s and 1990s. The analysis is based on the work of the think tank Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA), seeking to understand how it developed strategies to convince the Argentinean society, especially businessmen, that the adoption of the free market was the solution to face the economic crisis and to build a developed and rich country. In the 1990s, with Menem's government, Argentina adopted the neoliberal prescription, which obtained wide social acceptance from a systematic work of convincing and internalization carried out by associations and think tanks such as IDEA.

## Keywords

Neoliberalism – Argentina – Think tanks – Rights – IDEA.

## Introdução

A partir da década de 1970, o neoliberalismo foi tornando-se hegemônico em praticamente todas as partes do mundo. O enfraquecimento das doutrinas de esquerda, o desmoronamento das alternativas ao capitalismo e o colapso econômico advindo da crise do petróleo trouxeram para a ordem do dia o receituário neoliberal, até então ignorado como alternativa política e econômica.

O neoliberalismo não se constituiu como uma simples atualização do liberalismo do século XIX, assumindo um caráter muito mais conservador ao privilegiar a liberdade econômica, em detrimento das liberdades civis. Ao contrário do que o senso comum difundiu sobre ele, “não estamos lidando com uma simples retirada de cena do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos, novos objetivos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190). Na prática, isso significou diminuir o gasto público, privatizar empresas, restringir a proteção social, desregular o mercado de trabalho e controlar o crescimento da massa monetária para reduzir a inflação. “Para poner en marcha estas reformas, los gobiernos se sirven de los *TT* locales, en su mayoría vinculados a empresas y partidos políticos, que producen datos, ideas y argumentos para legitimar estas decisiones en la opinión pública” (BOTTO, 2011, p. 87).

O neoliberalismo constitui-se como a última fase do capitalismo e sua etapa superior. Desde os anos 1970, configura-se como uma “estrategia ofensiva del Capital (contra el Trabajo) y reacción, ‘salida’ y ‘solución’ ante la crisis estructural y global del capitalismo tardío” (PUJELLO-SOCARRÁS, 2013, p. 15). De forma globalizada, o próprio Estado vai realizar uma ativa promoção dos princípios do mercado e da concorrência (PHELAN; DAWES, 2018).

O neoliberalismo não pode ser compreendido apenas como uma política econômica que se impõe de cima para baixo (via organizações internacionais de crédito), mas sim como uma série de medidas e práticas que vão se estabelecendo e internalizando no nosso cotidiano, podendo ser compreendido como uma “nova razão de mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016). Pouco a pouco, ele vai tornando-se “hegemônico como modalidade de discurso” e passa a “afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p. 3).

Na América Latina, as políticas neoliberais foram lentamente incorporadas a partir do golpe de Estado chileno em 1973, quando esse adota, de forma inédita, tal receituário. A Argentina, apesar de uma rápida inclusão dessas políticas na ditadura de 1976, vai incorporar de forma sistemática e prolongada essa doutrina em 1989, quando assume como presidente o peronista Carlos Menem, que vai constituir um

governo caracterizado como “populista de direita”<sup>3</sup>. Menem, em oposição ao que havia declarado em sua campanha eleitoral, respondeu à crise hiperinflacionária com uma drástica mudança de discurso, aproximando-se de líderes empresariais, de políticos conservadores e de tecnocratas orientados para o mercado, a fim de promulgar um vasto programa neoliberal. Menem foi, assim, uma grata surpresa para os interesses dos empresários, já que o Partido Justicialista era historicamente ligado ao desenvolvimentismo, às políticas redistributivas e à intervenção estatal. Sua principal reforma política foi o Plano de Convertibilidade, liderado pelo economista Domingo Cavallo, que ao fixar a taxa de câmbio contribuiu para a estabilidade macroeconômica da Argentina. Com essas medidas, Menem controlou a inflação e a economia voltou a crescer, o que levou seu governo a receber ampla aprovação popular e oportunizou sua reeleição (KALTWASSER, 2014).

Um dos braços de apoio aos governos neoliberais foram os *think tanks* (TTs)<sup>4</sup>, que se estabeleceram como um importante elemento de debate político, econômico e social em quase todas as partes do mundo. Os TTs em atuação nas décadas de 1980 e 1990 estavam ligados em sua maioria a empresários e intelectuais. Esses se estruturaram para fazer frente às forças populares (que reivindicavam maior participação das decisões políticas), difundir os princípios do livre mercado entre seus pares e para a sociedade, e contribuir para a implementação de reformas políticas e econômicas.

Os TTs neoliberais têm no apoio e na disseminação do livre mercado o seu principal elo em comum. Eles exercem uma série de atividades, as quais abrangem desde a confecção de materiais escritos, que podem ter diferentes graus de comple-

---

<sup>3</sup> O populismo tem uma natureza “camaleônica” e suas definições são alvo de intenso debate acadêmico. Historicamente, o populismo latino-americano esteve associado à promoção de políticas econômicas desenvolvimentistas, protecionistas e intervencionistas, as quais promoveram o aumento de gastos por parte do Estado. A sua variante à direita apareceu na América Latina na década de 1990, quando figuras como Collor no Brasil, Fujimori no Peru e Menem na Argentina ganharam eleições usando um discurso populista, mas promulgando políticas neoliberais ao assumirem o poder. Para Cas Mudde (2004) o populismo pode ser compreendido a partir de três aspectos: 1) a distinção maniqueísta entre “o povo puro” e “a elite corrupta”, no qual há pouco espaço para o pluralismo; 2) a associação com outras posições ideológicas já que o populismo nunca existe em sua forma pura; 3) o entendimento que tanto “o povo puro” quanto “a elite corrupta” devem ser vistos como espaços vazios que são preenchidos pelos atores populistas em um processo contínuo de interação com seus constituintes. A formação e adaptação da morfologia populista dependem não apenas de empreendedores políticos hábeis, mas também de eleitores que tenham motivos emocionais e racionais para aderir ao discurso populista, seja ele de esquerda ou de direita (KALTWASSER, 2014).

<sup>4</sup> Os *think tanks* podem ser definidos como institutos de pesquisa privados, organizados pela sociedade civil, sem fins de lucro, que produzem informação e conhecimento com o objetivo central de influenciar o processo de formulação das políticas públicas (ACUÑA, 2009, p. 4).

xidade, (de acordo com o público ao qual era dirigido), a realização de diferentes tipos de eventos, a proposição de políticas públicas, entre outros. Tais institutos foram responsáveis, junto a meios midiáticos e partidários, pela tentativa de elaborar um consenso em prol das políticas neoliberais, afirmando que essas seriam as únicas capazes de livrar seus países do atraso e do subdesenvolvimento. É importante salientar que esses institutos não agiam de forma isolada, mas contavam com ramificações que os interligavam com redes de TTs da América Latina, dos EUA, da Europa e de outras regiões do mundo. Uma parte significativa das direitas políticas articularam-se em torno desses institutos para defender os interesses da classe dominante nos regimes democráticos, fortalecendo um trabalho de convencimento e de conquista de “corações e mentes” ao seu projeto de sociedade.

Desde a formulação do neoliberalismo a partir da década de 1930, com o Colôquio Walter Lippmann e a Sociedade Mont Pèlerin, houve a tentativa de criar uma “internacional neoliberal”, que vai resultar na fundação de uma série de organizações e de *think tanks*, que formularam e promoveram ideologicamente o neoliberalismo. Esses centros de pensamento estruturaram-se em teias regionais e globais<sup>5</sup>, articulando intelectuais, políticos e empresários, em um circuito que promovia a troca de informações sobre as políticas econômicas de seus países, difundia as produções de seus membros, intercambiava pensadores e financiava atividades de novos centros de pesquisa numa estrutura que os retroalimentavam. Essas redes ainda estão ativas e seguem trabalhando pela articulação dos institutos espalhados pelo mundo e para impulsionar a produção, defesa e divulgação do neoliberalismo (FRIDERICHS, 2019).

Os TTs existem em quase todos os países do mundo<sup>6</sup> e converteram-se em parte permanente do panorama político desses, interferindo em uma gama complexa de

<sup>5</sup> Três instituições privadas destacam-se como produtoras e divulgadoras das ideias neoliberais em escala mundial, são elas, a *Sociedade Mont-Pèlerin*, a *Atlas Economic Research Foundation* (*Atlas*) e o *Institute of Economic Affairs* (*IEA*) (MATO, 2007). Para a América Latina, destacam-se a *Atlas*, a *Hispanic American Center for Economic Research* (*Hacer*) e a *Red Liberal para América Latina* (*RELIAL*) (FISCHER; PLEHWE, 2013). Esses institutos promovem ideias de direita, liberais e neoliberais, possibilitam a cooperação e a conexão entre as redes norte-americanas, latino-americanas, europeias e de outros continentes. Trabalham com diferentes temáticas da agenda das políticas públicas, como educação, corrupção, saúde, direitos trabalhistas, insegurança, política social, ameaças à democracia e ao livre mercado, ascensão do populismo e intervencionismo estatal.

<sup>6</sup> De acordo com o relatório elaborado anualmente por James G. McGann (2018), existem hoje no mundo 6.846 TTs, sendo distribuídos da seguinte forma: 1.931 na América do Norte; 1.770 na Europa; 1.262 na Ásia; 774 na América Central e do Sul; 615 na África subsaariana; 398 no Oriente Médio e Norte da África e 96 na Oceania. O país que lidera o *ranking* com mais institutos é os EUA, com um total de 1.835, em segundo lugar vem a China com 435 e em terceiro a Inglaterra com 288. A Argentina aparece em 7º com 138 institutos e o Brasil em 12º lugar com 89 TTs.

atividades relacionadas com a política. A partir de meados do século XX, vêm progressivamente tornando-se mais orientados para as ideologias e para o marketing de ideias, defendendo interesses específicos, de acordo com os grupos que os criaram e financiaram (RICH, 2004).

Dessa forma, este artigo busca debater o papel de um desses TTs, o Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA), e analisar sua atuação para a difusão e o enraizamento das ideias neoliberais nesse país<sup>7</sup>. O recorte temporal desse estudo concentra-se nos anos de 1983 a 1999. O ano de 1983 marca a redemocratização do país e a retomada concreta dos debates políticos e econômicos, anteriormente abafados pelo autoritarismo político. A década de 1980 também foi caracterizada por uma crise financeira global, com altos índices de inflação e desemprego, sendo conhecida como a “década perdida”. Para solucionar os problemas econômicos, o livre mercado apareceu nesses anos como a grande aposta que iria salvar o país da estagnação, ideia sistematicamente defendida pelos institutos neoliberais. Já a década de 1990 ultrapassou o plano conceitual e foi o período que marcou a aplicação das políticas de livre mercado em praticamente todo o mundo, principalmente o ocidental. A Argentina foi, entre os países da América Latina desse período, um dos Estados que aplicou de forma mais sistemática o receituário neoliberal. Dessa forma, este recorte analítico ajuda a entender o processo de estruturação das políticas de livre mercado na Argentina e o papel dos centros de pensamento nesses acontecimentos que iram tanto marcar as décadas de 1980 e 1990, como repercutir até os dias atuais.

Esse instituto, juntamente com outros TTs liberais, teve um papel essencial no convencimento da necessidade de serem realizadas reformas estruturais na Argentina. O IDEA destacou-se por funcionar como uma escola de formação para os empresários argentinos, tendo como alinhamento central a defesa do livre mercado. A partir de eventos, publicações e cursos, o IDEA foi anunciando fórmulas de desenvolvimento que só poderiam ser alcançadas com o livre mercado. Realizada de forma intensa e contínua, essa propaganda promoveu a adesão ao neoliberalismo por amplos setores da sociedade e das elites governamentais.

Os TTs tiveram (e têm) na Argentina uma importância ímpar, dois institutos em particular se destacaram desde a década de 1960, tanto elaborando políticas públicas, como lançando economistas, analistas de mercado e ocupando, por meio de seus membros, cargos governamentais. Esse é o caso da *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas* (FIEL) e da *Fundación Mediterránea*.

---

<sup>7</sup> Este artigo é um recorte da minha tese de doutorado que analisou comparativamente a atuação política dos *think tanks* neoliberais do Brasil e da Argentina nas décadas de 1980 e 1990. Para saber mais, ver Friderichs, 2019.

A FIEL foi fundada em 1964 pela cúpula da burguesia argentina e congregou fundamentalmente intelectuais ligados ao liberalismo ortodoxo. Seus membros participaram de governos constituídos após o golpe de Estado de 1966 e durante a ditadura de 1976, quando passaram a ocupar os principais cargos da área econômica nas cinco administrações militares. A redemocratização, em 1983, levou a FIEL a um período de isolamento dos principais cargos governamentais, o que foi revertido em 1989, quando Carlos Menem recorreu novamente à ortodoxia econômica como solução aos problemas que ela mesma tinha causado (RAMÍREZ, 2011).

A Fundación Mediterránea foi criada em 1977 e expandiu-se a partir da abertura política. Mesmo assim, vários de seus membros haviam participado esporadicamente dos governos militares, destacando-se a incursão de Domingo Cavallo como presidente do Banco Central em 1982. Cavallo, o economista mais destacado da instituição, foi eleito deputado e posteriormente assumiu o Ministério da Economia de Menem – a partir desse momento, a fundação alcançou o centro do poder na área econômica, produzindo uma vasta colonização dos aparelhos estatais vinculados a ela (RAMÍREZ, 2011).

A Fundación Mediterránea e a Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas tiveram um grande protagonismo na Argentina, como construtores, divulgadores e executores da ideologia neoliberal, pois seus membros, além de ocuparem altos cargos governamentais, colocaram em prática as teorias desenvolvidas dentro dos institutos. O IDEA, por sua vez, mesmo não sendo o mais citado entre os institutos que realizavam análises políticas, reuniu três características importantes: a aproximação com centenas de empresários, a realização de eventos e cursos de formação que objetivavam construir um consenso político e a publicação mensal de uma revista que tinha circulação entre a classe dominante do país. Poucos de seus membros chegaram a cargos governamentais, tendo sua atuação mais marcada dentro de sua classe e como grupo de pressão.

Gerardo Uña (2007, p. 139) destaca que a perda do protagonismo dos partidos políticos na Argentina “como creadores de plataformas y programas de gobierno sustentados en un diagnóstico preciso de la realidad, que aporten soluciones para los problemas sociales claves” proporcionaram a proliferação de TTs nesse país, os quais apareceram como uma alternativa para a solução dos problemas de representatividade. Para o autor, um TT participa da política quando desenvolve de forma explícita um conjunto de ações destinadas a influenciar diretamente o processo de formulação e implementação de políticas públicas. Essas ações abarcam desde a realização de pesquisas, organização de eventos, monitoramento de políticas públicas específicas, até a formação de equipes técnico-políticas para assumir cargos de apoio parlamentar (UÑA, 2007, p. 145).

A aplicação das políticas neoliberais na América Latina não foi defendida e concretizada apenas por partidos e atores de direita, tendo sido aplicadas também por partidos populistas e de esquerda, mesmo que contradissem seus históricos compromissos sociais e políticos – esses são os casos do *Partido Justicialista* da Argentina, do *Partido Revolucionario Institucional* do México, do *Acción Democrática* da Venezuela e do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* da Bolívia. Já em países com fracos movimentos trabalhistas, a centro-esquerda liderou ou colaborou com os processos de reforma e liberalização econômica – casos do *Partido de Liberación Nacional* da Costa Rica e do *Izquierda Democrática* do Equador (ROBERTS, 2014, p. 32, tradução nossa).

Outros casos tiveram um processo “mais clássico” ao serem organizados pelas direitas políticas, por exemplo, na liberalização do mercado lançado pelas ditaduras civil-militares – casos da Argentina (num primeiro momento), do Chile e do Uruguai; ou foram estruturados por figuras independentes que se elegeram como *outsiders*, com uma organização partidária pouco significativa – casos do Brasil, com Fernando Collor de Mello, e do Peru, com Alberto Fujimori. Em consonância com esses casos, os partidos conservadores da Colômbia, Honduras, Paraguai, República Dominicana, El Salvador e Uruguai também desempenharam papéis importantes no processo das reformas neoliberais, esses países passaram por experiências autoritárias que restringiram a mobilização política de setores populares, além de contar com partidos trabalhistas historicamente fracos (ROBERTS, 2014, p. 32, tradução nossa).

A agenda neoliberal passou a ser implantada no Brasil pelo governo de Fernando Collor de Mello, a partir do Plano de Estabilização que objetivava reduzir o déficit público e combater a inflação. Seu governo deu início ao processo de privatizações, buscando romper os alicerces do desenvolvimentismo.

O programa de desestatização concentrou os seus esforços na venda de empresas estatais, com a inclusão, nos primeiros anos, de empresas siderúrgicas, petroquímicas e dos demais setores responsáveis pela indústria de base. (BRANDÃO, 2017, p. 18)

Essas medidas foram seguidas nos governos de Itamar Franco e aprofundadas por Fernando Henrique Cardoso. O projeto político-econômico de FHC foi baseado em dois pilares: um programa de estabilização macroeconômica - o Plano Real - e um de reformas do Estado, “que compreendeu, de um lado, a modificação da legislação trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa e, de outro, a quebra de monopólios estatais, desregulamentação financeira, abertura econômica e privatizações” (BRANDÃO, 2017, p. 22). A desestatização contribuiu para a desnacionalização da economia brasileira e para o aumento da vulnerabilidade externa do país.

No Brasil, o Instituto Liberal (IL) e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) destacaram-se nas décadas de 1980 e 1990 na defesa, construção e difusão das propostas

de livre mercado. Esses centros foram fundados, dirigidos e financiados pela classe dominante do país e dedicaram-se a diversas atividades de divulgação da ideologia neoliberal, atuando na organização de eventos, cursos de formação, na publicação de livros e revistas literatura liberal (produzindo materiais didáticos que pudessem auxiliar a instrução ideológica de seus pares e dos meios formadores de opinião), além de se ocuparem da análise de políticas públicas e da elaboração de políticas, econômicas e sociais para o país (FRIDERICHS, 2019). O IL e o IEE contribuíram, nesse sentido, para que o neoliberalismo fosse largamente disseminado na sociedade brasileira e suas políticas naturalizadas como um remédio necessário para o país vencer a crise econômica. Esses TTs construíram explicações discursivas e elaboraram dados e estatísticas, disseminados em diversos meios de comunicação, visando convencer que o Brasil necessitava de mais mercado e menos Estado.

### **Breve histórico do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina**

O IDEA foi fundado na cidade de Buenos Aires, em 1960<sup>8</sup>. Sua criação esteve vinculada ao objetivo de desenvolver uma escola de formação para dirigentes empresariais. A Argentina vivia um contexto de instabilidade política, com constantes golpes de Estado que impediram o término de muitos governos civis. Nesse sentido, um grupo de empresários resolveu criar uma associação, não classista, para profissionalizar a gerência de empresas, reivindicar menor intervenção do Estado na economia e o fim das políticas populistas, encaradas por eles como as responsáveis pela desestruturação do país. Assim, manter um discurso coeso para fazer frente às políticas peronistas – caracterizadas pelo intervencionismo estatal na economia, nacional-desenvolvimentismo, assistencialismo, pleno emprego, substituição de importações etc. - e influenciar, enquanto grupo, na tomada de decisões governamentais era um dos objetivos do IDEA. A partir de 1983, o instituto buscou fazer um balanço das políticas adotadas até então na Argentina, e apresentar o livre mercado como fórmula para alcançar a estabilidade política e econômica para o país.

Junto às atividades de capacitação gerencial e intercâmbio empresarial, o instituto concentrava-se na realização de fóruns de debate e um colóquio anual, os quais eram realizados em todo o país e buscavam promover o protagonismo empresarial

---

<sup>8</sup> Criado de nove homens de negócios, donos ou dirigentes de grandes empresas nacionais ou multinacionais (Carlos Alberto Jacoby, Gilbert E. Sothan, Jorge L. Aguilar, Robert R. Martz, Enrique Smith, Edward C. Forbes, Miguel Sussini, Juan Llamazares e Ricardo S. Pujals).

nas análises dos grandes temas nacionais e na formulação de recomendações para alcançar consensos com outros setores sociais (IDEA, 2010, p. 26). O *Coloquio Anual IDEA*, realizado desde 1964 até os dias de hoje, caracterizou-se como seu evento de maior destaque, o qual reunia importantes homens de negócios da Argentina, políticos de todas as esferas e o próprio presidente da república, que pelo menos uma vez durante seu mandato, palestrava no encontro. Todas essas atividades eram restritas aos sócios do instituto e convidados ocasionais, apenas o colóquio anual abriu suas portas ao público em geral a partir de 1995.

O instituto também se dedicava à produção e à divulgação de análises políticas, econômicas e de gerenciamento de empresas. Para efetivar a transmissão dessas ideias, utilizava-se tanto de colóquios anuais, de pré-colóquios, como de cursos e painéis de debates, além de uma rede de publicações em revistas, da qual a mais importante era a Revista IDEA. Por ocupar-se dessas várias frentes, o instituto apresentava-se como o “*ámbito más propicio para pensar y proyectar el futuro del país*” (IDEA, 2010, p. 19).

As atividades desse TT foram expandindo-se para outras regiões da Argentina ao longo do tempo. Já em 1962, foi criada, na cidade de Rosário, uma sede do IDEA. Em 1967, foram abertas filiais nas cidades de Quilmes e Neuquén. Além disso, várias revistas foram lançadas desde sua fundação. Dessas, a Revista IDEA tem maior tempo de circulação, iniciando em 1963 e estando ativa até os dias de hoje. O instituto também se utilizou de espaços em programas de rádio e televisão.

O IDEA afirmava manter uma fluída comunicação com seus sócios<sup>9</sup>, prestando-lhes informações institucionais, indicadores econômicos e empresariais, estudos sobre novas técnicas de *management* e gestão e/ou questões de interesse nacional e internacional<sup>10</sup> (IDEA, 2010, p. 31). O instituto também promoveu a articulação

---

<sup>9</sup> Existem três diferentes tipos de sócios, os honorários, os ativos e os aderentes. Os honorários são membros mais antigos que já participaram da diretoria do instituto (não pagam mensalidades e não têm direito a voto). Os sócios ativos devem ser indicados por dois outros sócios, que tenham no mínimo cinco anos de antiguidade, sendo que um deles deve ser membro da Diretoria. Esses podem assistir às assembleias, tendo direito a voz e voto, participar das atividades do instituto, receber exemplares das publicações do IDEA, sem custo ou com preço diferenciado e utilizar a biblioteca. Devem, em contrapartida, pagar mensalidades e demais contribuições e prestar ao instituto toda sua colaboração para o cumprimento de seus objetivos. Os sócios aderentes devem ser aceitos pelo diretório, podem participar das atividades do instituto, receber suas publicações e devem pagar mensalidades. Esses não têm direito a participar das assembleias, nem de votar em suas decisões (IDEA, 1995, p. 5).

<sup>10</sup> O IDEA conta, entre seus membros e como financiadores, com mais de 460 empresas nacionais e multinacionais da Argentina. Importante salientar que muitas das empresas públicas do país foram vendidas e incorporadas a grupos internacionais nos anos 1980 e principalmente na década de 1990 e a maior parte dos ex-dirigentes das empresas nacionais privatizadas acabaram sendo anexados às novas administrações em cargos de destaque. Entre elas, estão: IBM, Grupo Clarín, Microsoft, Tam, Santander,

de seus sócios com entidades como a *Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa (ACDE)*, a *Asociación Empresaria Argentina (AEA)*, a *Unión Industrial Argentina (UIA)*, a *Sociedad Rural Argentina (SRA)*, entre outras (IDEA, 2010, p. 40). Essas entidades tiveram importância crucial dentro da Argentina, pois funcionavam como sindicatos patronais que defendiam os interesses de setores industriais ou agrícolas e articulavam-se para ser agentes de pressão frente aos governos. A conexão entre essas associações e o IDEA foi visível, tanto pelos membros em comum, como por parcerias em atividades e intercâmbio de palestrantes. Mesmo com todas essas conexões, o instituto afirmava que a entidade era apartidária, não gremial e não setorial (IDEA, 2010, p. 23).

Nos anos 1990, as organizações tradicionais de representação de interesses econômicos, como a *Sociedad Rural Argentina (SRA)* e a *Unión Industrial Argentina (UIA)*, perderam espaço para relações mais pessoais e associações recentes, “el centro de la escena pasó a estar ocupado por grandes empresarios individuales con grande capacidad de lobby” (BELTRÁN, 2011, p. 234). Essas associações tradicionais, que haviam se constituído como críticas ao peronismo e ao intervencionismo estatal, se “encontraron [en los años noventa] ante el dilema de tener que apoyar a un gobierno peronista que repentinamente enarbolaba las mismas banderas que ellas habían sostenido por décadas” (BELTRÁN, 2011, p. 235).

Realizado esse breve histórico do instituto, salienta-se que a análise desse TT se concentra nas décadas de 1980 e 1990, buscando entender a atuação do IDEA no período da redemocratização da Argentina e a partir dela, analisando-se o trabalho do instituto como divulgador e promotor da eficácia do livre mercado para o país<sup>11</sup>.

### **O Coloquio Anual IDEA e a disseminação do neoliberalismo**

O IDEA definia-se como uma entidade educativa e cultural dos empresários argentinos, trabalhando para formar e atualizar quadros gerenciais, trocar experiências entre homens de negócios e torná-los protagonistas nas atuações econômicas, políticas e sociais do país. Para isso, concretizaram uma série de atividades, que buscava influenciar na forma como seus pares interpretavam a política e a economia.

---

HSBC, Shell, General Motors, Dow, Bunge, Siemens, Alpargatas, Bayer, Galicia, Dietrich, Grupo GNP, Oracle, Zurich, HP, La Nación, Pepsico, Odebrecht, Cargill, Coca Cola, Dell, Philips, Toyota. De acordo com seu Estatuto, o IDEA mantém-se por meio de três fontes de arrecadação: mensalidade dos sócios; doações e subsídios; fundos provenientes da venda de suas publicações e das retribuições pelos serviços prestados pela entidade.

<sup>11</sup> O IDEA mantém-se em atividade até os dias atuais e segue funcionando de forma muito parecida com o descrito acima. Continua reunindo centenas de executivos e realizando atividades que os integram com políticos e intelectuais, publicando análises políticas, realizando colóquios e eventos diversos.

O carro-chefe do IDEA foram os colóquios anuais, considerado, pelos próprios, o evento empresarial mais importante da América Latina, que buscava discutir os temas que afetavam o presente e o futuro do país. Os colóquios reuniam de 150 a 300 participantes por ano, em três ou quatro dias de evento e realizavam-se desde 1965, em diferentes cidades da Argentina. O público desses eventos era essencialmente composto de empresários da indústria, da agropecuária e dos setores financeiro e comercial, além de contar com autoridades governamentais, políticos, líderes sindicais, intelectuais e representantes da imprensa. Os organizadores do colóquio eram escolhidos pela direção do instituto, geralmente ex-presidentes do IDEA ou pessoas que haviam ocupado altos cargos de chefia no mesmo.

Ao longo de sua história, os colóquios e fóruns de debates receberam a visita de presidentes, vice-presidentes e ex-presidentes argentinos, latino-americanos e da Europa. O recordista de participações foi Carlos Menem, que compareceu a sete colóquios durante o exercício de seu mandato, na década de 1990 (IDEA, 2010, p. 114). Os colóquios também contaram com a presença do chanceler japonês, em 1971, da primeira-ministra da Nova Zelândia, em 1995, e do primeiro-ministro italiano, em 1999. Economistas da FIEL, da Fundación Mediterranea e grandes empresários do país, como Francisco Macri e Santiago Soldati, também eram presença constante no evento.

Foi possível visualizar diferentes abordagens nos colóquios dos anos 1980 e 1990. Nos anos 1980, seu posicionamento esteve direcionado a consolidar a democracia e diminuir os impactos de possíveis desavenças políticas para que elas não levassem novamente à sedução pelas saídas autoritárias. Dessa forma, era preciso encontrar pontos de consenso que sustentassem a estabilidade política dentro da pluralidade de opiniões. Nos anos 1990, com o equilíbrio democrático já consolidado, o discurso voltou-se com mais intensidade para as reformas do Estado, que envolvessem a liberalização da economia e a privatização das empresas nacionais, o ponto de consenso desses anos era estabelecer o livre mercado como projeto permanente de desenvolvimento e de sociedade.

Nos colóquios anuais, o público era dividido em grupos de trabalho e um material de referência enviado anteriormente para estudo, com o objetivo de ter uma participação efetiva dos convidados nas discussões do evento e assim aprofundar o debate nos temas abordados. Em 1985, Juan Munro<sup>12</sup>, presidente do Comitê Organi-

---

<sup>12</sup> Juan Pedro Munro foi presidente da Massalín Particulares e responsável pelos negócios da Philip Morris, na Argentina. Contador formado pela UBA e mestre em Business Administración, pela Universidade de Columbia; membro do Consejo Empresario Argentino e da FIEL, foi tesoureiro do IDEA, de 1986 a 1990, e ocupou o cargo de diretor da instituição, de 1983 a 1984 e de 1991 a 1994.

zador do colóquio, expressou, no discurso de abertura, que o evento era pluralista, já que o IDEA, enquanto instituição:

(...) no asume posiciones políticas o ideológicas y trata de asegurar un ambiente de debate amplio a través del cual puedan surgir o definirse ideas que contribuyan concretamente al desarrollo intelectual, social y económico de nuestro país. (IDEA, dic/1985, p. 7)

Assim, o IDEA tentava afirmar o caráter imparcial de suas ideias ao buscar desvencilhar-se de lados políticos, procurava destacar que suas avaliações e opiniões, por serem teoricamente isentas de paixões ideológicas, inspirariam maior credibilidade para pensar soluções para o país.

O colóquio de 1985 contou com vários palestrantes internacionais, entre eles Guy Sorman, um dos pensadores que estava revitalizando (segundo o instituto) as ideias liberais no mundo. Desse autor, destacam-se algumas considerações: o economista francês defendeu que o liberalismo não era uma ideologia e que:

(...) cuando se lo ve historicamente, podemos comprobar la superioridad de las sociedades que han dado preeminencia al individuo, donde el individuo es respetado como tal y como agente económico. (IDEA, dic/1985, p. 12)

Ao advogar a superioridade dessa doutrina, também afirmou que nos lugares onde o livre mercado não havia sido implantado, não existiu progresso social, cultural e econômico. Para Sorman, os liberais de bom senso não eram antiestatais, o que eles almejavam era uma definição clara daquilo que seria responsabilidade do Estado e da sociedade privada, sendo destinado ao Estado apenas a coordenação da lei, da ordem e da segurança, pois esse, por ser burocrático por essência, não seria inovador e criador. De acordo com o autor, “la ley debe garantizar la seguridad y el orden pero no debe intervenir en otro dominio” (IDEA, 1985, p. 13).

Foi possível perceber, a partir dos liberais que participaram do evento e das publicações do IDEA, a afirmação de que o neoliberalismo não se constituía como uma ideologia. Houve uma tentativa contundente de desvincular o livre mercado das concepções ideológicas, pois essas pressuporiam uma posição estática e apaixonada, sem permitir crítica a seus postulados. Como enfatizam Dardot e Laval:

O neoliberalismo é muito mais do que uma ideologia partidária. Aliás, em geral as autoridades políticas que adotam as práticas neoliberais recusam-se a admitir qualquer ideologia. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria razão. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242)

De acordo com Terry Eagleton (1997, p. 17), foi no pós-guerra que a crença de que a ideologia é uma forma esquemática e inflexível de se ver o mundo em oposi-

ção a alguma sabedoria mais simples, gradual e pragmática, passou de uma concepção popular à posição de uma elaborada teoria sociológica. Essa ideia, amplamente difundida para diferenciar a URSS dos EUA, afirmava que a primeira estaria aprisionada à ideologia e o segundo enxergaria as coisas como elas realmente são. Assim, entendida como um processo fechado, resistente a inovações e que exigia total adesão de seus devotos, a ideologia por trás do neoliberalismo é rechaçada pelos seus pensadores e divulgadores. Como indicam Eagleton (1997) e Dardot e Laval (2016), o livre mercado é entendido pelo grupo que o constitui como o próprio sentido da razão e da verdade, estando além das paixões.

Retomando a análise dos colóquios, o evento de 1987, “La Argentina sin miedos: de la sociedad bloqueada a la sociedad flexible”, debateu como a sociedade argentina era fechada em seus vícios, tanto públicos como privados, os quais, de acordo com o instituto, impediam sua inserção no mundo em mudança.

La flexibilidad, en el otro extremo, sugiere una sociedad viva, resistente a la tentación de una psicología en decadencia y de ruina, y dispuesta a responder con agilidad a los cambios que mejor convengan al interés nacional. (IDEA, nov/1987, p. 6)

Um dos conferencistas internacionais, o norte-americano Seymour Martin Lipset, professor de Ciências Políticas da Universidade de Stanford, afirmou que a Argentina necessitava de uma revolução liberal e, para isso, precisava organizar e mudar a sociedade criando instituições e centros que promovessem a ideia do livre mercado. Nesse desafio, os empresários e as instituições como o IDEA teriam protagonismo.

A relação de aproximação entre empresários e governos e o favorecimento desses se tornou constante nas décadas de 1980 e 1990 e revelou o poder de influência que as elites constituíram ao longo das últimas décadas. Na democracia, ela foi tão eficaz como nos governos autoritários, conseguindo lograr de um aparato que favoreceu seus interesses econômicos e políticos.

La relación establecida entre el gobierno y los grandes empresarios durante los años de la transición democrática muestran a las claras el creciente poder de los capitalistas para incidir en la orientación de la intervención estatal. Por eso, el accionar del Estado se fue tornando cada vez más proclive al mantenimiento y difusión de los diversos mecanismos de transferencia de ingresos, que favorecerían los intereses de este reducido y poderoso sector social. (CASTELLANI, 2009, p. 267)

O apoio dos empresários argentinos às políticas de livre mercado foi mais anti-go que a conjuntura imediata dos anos 1980, remonta à década de setenta e à abertura econômica levada a cabo pela última ditadura militar (1976-1983). O governo autoritário tinha por objetivo refundar estruturalmente a sociedade argentina e pôr em marcha um novo projeto dominante, que se caracterizou, de acordo com Azpiazu, Basualdo e Khavisse (2004), por três linhas principais: 1) a reconstrução das condi-

ções de dominação por meio do disciplinamento social e da desarticulação política do movimento obreiro, que incluiu a diminuição de seus salários; 2) a redefinição do papel do Estado, que implicou em sua subordinação ao processo de acumulação dominante, o que, por sua vez, ocasionou a diminuição dos investimentos nos setores sociais, a privatização de empresas e a orientação da demanda estatal para as empresas oligopolistas; e 3) a alteração das condições produtivas anteriormente geradas pela industrialização substitutiva, que oportunizou a reestruturação social e econômica do país. Essas medidas prepararam o caminho para aprofundar as políticas liberalizantes e o desmantelamento do Estado nos anos 1990.

Os colóquios dos anos 1988, “Hacia la Argentina de los ‘90”, e 1989, “Fase II: Las reformas estructurales”, fizeram um prognóstico para a última década do século XX e apontaram os rumos que o instituto desejava para a sociedade. Um dos debates da XXIV edição voltou-se à necessidade de “eliminar os regimes de privilégios”, os quais englobavam: os setores empresariais que contavam com isenções fiscais, os sindicatos de trabalhadores, a rigidez dos contratos de trabalho, os interesses cooperativos e os setores estatais que oneravam a população pelos seus custos e ineficiência, além de prejudicarem a competitividade empresarial (IDEA, dic/1988, p. 18). Dessa forma, o governo deveria repensar as funções do Estado, reduzir seu tamanho, privatizar o privatizável, além de abandonar o discurso de que as políticas de assistência social e distribuição de renda eram utilizadas em defesa dos interesses nacionais, já que para o instituto elas representavam um custo social elevado e não cumpriam seus objetivos.

Esses dois eventos abordaram debates sobre as mudanças que precisariam ocorrer na Argentina, as quais deveriam se centrar em três questões básicas: as reformas estruturais do Estado; a análise do sistema financeiro; a discussão sobre o mundo do trabalho e o sistema de aposentadorias. Félix de Barrio<sup>3</sup>, diretor do XXV Colóquio, afirmou que os empresários nunca haviam sido tão protagonistas na agenda política como naqueles anos, por isso lhes caberia uma série de responsabilidades, sendo a principal criar riqueza para oferecer mais postos de trabalho (IDEA, set/1989, p. 49).

De acordo com Castellani (2009), o primeiro governo democrático manteve os principais âmbitos de acumulação vigentes nos anos autoritários e ajudou a formar outros, devido às facilidades geradas para a inserção de certas empresas no merca-

---

<sup>3</sup> Félix de Barrio foi diretor presidente do IDEA de 1991 a 1994. Barrio é formado em Química, pela Universidad Nacional de La Plata, trabalhou na Coca Cola, na Montevideo Refrescos e foi presidente da Aseguradora de Créditos y Garantías e da Liquid Carbonic Argentina. Também foi membro do Consejo Empresario Argentino, diretor da Cámara de Comercio dos EUA na República Argentina e fundador da Fundación Leer, em 1997.

do internacional. No entanto, a crise fiscal impediu a adequada reprodução desses âmbitos, devido à fatal combinação de fatores, como:

Crecientes transferencias a los acreedores externos y al capital concentrado local, deterioro de los ingresos públicos, y estancamiento de las principales variables macroeconómicas. Esta explosiva situación llevó al virtual colapso del Estado durante la crisis hiperinflacionaria de 1989, y al posterior desmantelamiento del complejo, cuyos componentes estatales quedaron mayoritariamente en manos de las propias empresas privadas que habían estado privilegiadamente vinculadas con ellos durante décadas. (CASTELLANI, 2009, p. 265)

Logo, as empresas que foram privatizadas, nos anos 1990, passaram a ser controladas pelos grupos que obtiveram privilégios estatais nos anos da ditadura e da reabertura, constituindo-se em grandes blocos empresariais privados graças ao apadrinhamento do Estado.

O discurso de encerramento do XXV Colóquio foi realizado pelo presidente, recém-empossado, Carlos Menem, o qual afirmou que confiava nos empresários:

(...) como protagonistas centrales de este cambio fundamental que nos impone la crisis; como motores claves de nuestro despegue; como garantes de un desarrollo sostenido, equitativo, justo, equilibrado, honesto, firme e imprescindible. (IDEA, oct/1989, p. 2)

Afirmou ainda que esperava uma revolução produtiva do setor empresarial e que acreditava na capacidade criadora dos homens de negócios, mas, para isso, era preciso mudar os hábitos e costumes adquiridos nos anos de decadência e crise moral que afetou o país. Para Menem:

Hoy la sociedad nos está exigiendo ejemplariedad y excelencia. Sé y conosco las dificultades que ustedes, hombres de empresa, están afrontando. Algunas son productos de las deformaciones históricas que queremos erradicar. Otras, son consecuencia de urgencias conyunturales que no admiten demora, pero que tendrán una duración muy limitada en el tiempo. Sé muy bien que Ustedes, principalmente Ustedes, serán los beneficiarios de un nuevo sistema económico, que rompa el círculo perverso de la especulación, la falta de riesgo, la carencia de esfuerzo recompensado correctamente. (IDEA, oct/1989, p. 3)

Nessa passagem, Menem exaltou os homens de negócio do país e afirmou que eles seriam os principais beneficiados pelo projeto de recuperação econômica que implantaria. Segundo Marcos Novaro (2011), nesse momento da história do país surgiu um fenômeno um tanto curioso, “la crisis y el empobrecimiento colectivo dieron lugar así a una valorización exaltada de quienes no los sufrían: los ricos, los empresarios, los inversores, en suma, los ‘exitosos’” (NOVARO, 2011, p. 226). De uma visão que criticava a “pátria financeira”, no início da transição democrática, passou-se a um entendimento de que os empresários eram os únicos modelos de sucesso

em um país marcado pelo fracasso. “Por lo tanto, había que aprehender de ellos, seguirlos y obedecerlos para dejar atrás las decadencias” (NOVARO, 2011, p. 227). Assim, a democracia deveria ser guiada pelos interesses dos setores dominantes para alcançar o progresso.

No colóquio de 1990, intitulado “Crecer”, a preocupação com a crise econômica, os poucos investimentos estrangeiros no país e a imagem negativa da Argentina no exterior deram o mote dos debates. Discutiui-se uma série de requisitos para colocar o país novamente na rota de crescimento, entre eles a responsabilidade que os empresários deveriam compartilhar com a sociedade para eliminar o flagelo da inflação. De acordo com Novaro (2011), a Argentina, mais do que qualquer outro país da região, confirmou que os anos 1980 significaram “uma década perdida”.

El PIB per cápita disminuyó entre 1981 y 1990 a un promedio del 2,1% el anual; la deuda externa pasó a representar 70% del PIB y era aún mayor si se contabilizaba la acumulada con los jubilados, los contratistas y los proveedores del Estado. El empleo formal prácticamente no había crecido en esos diez años, y si tomamos en cuenta que el empleo público sé había aumentado y mucho, advertiremos la dimensión de la caída en el sector privado. También había crecido el empleo informal, un 2,8% anual, lo que ayuda a entender que el promedio de las remuneraciones laborales bajara alrededor de un 30% en la década. La pobreza que había retrocedido al 16,1% en el mejor momento del Austral, ascendió al 33,6% en 1987 y al 47,4% en octubre de 1989 (porcentaje que representaba alrededor de 20.000 000 de personas. (NOVARO, 2011, p. 226)

Dessa forma, a crise econômica que assolou a Argentina, nos anos 1980, marcou um processo de perdas significativas de capital e o empobrecimento galopante da população. O esgotamento dos processos de instabilidade política e econômica facilitou a aceitação, quase sem resistências, do modelo neoliberal, que se apresentava como uma solução milagrosa para vencer o ciclo de desequilíbrio e estagnação que assolava o país. Juntamente à crise econômica e ao processo inflacionário fora do controle, houve uma crescente pressão social que levou a saques a supermercados e à repressão policial em 1989. Essa conjuntura foi o estopim para o convencimento de que as reformas neoliberais seriam a única alternativa para solucionar os problemas do país. Dessa forma:

(...) las privatizaciones de empresas públicas, la apertura de la economía, da desregulación de los mercados y el desmantelamiento del Estado, aparecieron en el escenario político de aquellos años como los remedios infalibles para los problemas de la Argentina. (BELTRÁN, 2005, p. 10)

Nos Colóquios eventos de 1992 e 1993, salientou-se que o país estava vivendo anos de profunda transformação, tanto econômica, como de atitude e de mentalidade. “En los últimos años, el Gobierno Nacional y especialmente su equipo económico han concretado audaces reformas sobre las cuales IDEA desde hace años há

venido reflexionado en este y otros foros” (IDEA, dic/1993, p. 32). Para os empresários, essas mudanças significavam maior competitividade e uma abertura “sem medos” ao mercado externo. O instituto mostrava-se bastante satisfeito com as reformas realizadas pelo governo nacional e isso se traduzia na aproximação de Menem com o IDEA e sua intensa participação nas atividades do TT.

O XXX Colóquio, de 1994, “Productividad, eje del bienestar general”, salientava, na mesma linha do evento anterior, que o aumento da produtividade e da eficiência das indústrias do país proporcionaria maior bem-estar e alcance aos níveis de vida que aspiravam os argentinos. Um dos palestrantes do evento, Emilio Jorge Cárdenas (advogado e ministro de Obras Públicas do governo), fez um discurso otimista sobre as mudanças que o país passava sob a administração de Menem. Segundo Cárdenas, existia em relação ao presidente “una sensación generalizada de admiración, una sensación de cariño. Tiene un poder de seducción muy especial y lo usa tanto en el interior como en el exterior” (IDEA, nov/dic1994, p. 13). Para o ministro, a figura do presidente e as políticas neoliberais implantadas por ele fizeram com que a imagem da Argentina voltasse a ser respeitada no exterior; nesse sentido, Cárdenas também elogia o ministro da economia Domingo Cavallo, responsável pelas transformações no campo econômico (IDEA, nov/dic1994, p. 13). O XXX Colóquio também contou com a presença de Menem, o qual fez o discurso de encerramento do evento.

Nos primeiros anos de sua implantação, de 1991 a 1994, o plano econômico de livre mercado e de convertibilidade de Menem-Cavallo obteve êxito e o crescimento do PIB provava, de acordo com os neoliberais, que a aposta tinha dado certo e que a Argentina entrava num novo patamar de desenvolvimento:

Según los defensores locales del paradigma neoliberal, la confianza de los inversores podría sostenerse en tres pilares: la credibilidad del compromiso gubernamental de mantener las políticas implementadas, la factibilidad de financiar los desequilibrios en el corto plazo, y la posibilidad de producir transformaciones estructurales (sobre todo en cuanto a la inversión y a las exportaciones) que permitieran el financiamiento genuino en el largo plazo. El plan de estabilización obtuvo en el inmediato resultados exitosos en el control de la inflación y el aumento de los niveles de actividad. (CASTELLANI; GAGGERO, 2011, p. 266)

No entanto, a partir de 1994, com os efeitos da crise mexicana e a migração do capital financeiro para mercados mais seguros, começou a visualizar-se os limites do modelo implantado. Dali para frente, houve um estancamento do plano de estabilização econômica. O “Plan de Convertibilidad” estendeu-se até 2002 e teve como consequência a queda do “produto bruto interno, [de] las ventas totales de la cúpula empresaria y [de] los saláridos médios reales [...] Ellos ayudan a explicar el fracaso de la alternativa neoliberal para el desarrollo” (CASTELLANI; GAGGERO, 2011, p. 267).

Em 1995, o XXI Coloquio “Empleo, responsabilidad de todos”, tratou do tema do emprego e da regulamentação do trabalho. O economista da FIEL, Juan Bour, conferencista do evento, observou que o mercado de trabalho na Argentina tinha apresentado várias mudanças nos quatro anos anteriores, com o aumento da procura de emprego por um lado e a redução de postos de trabalho (como consequência da incorporação tecnológica e o aumento da demanda por profissionais qualificados) por outro. Para Bour:

Un factor que puede resultar esencial en la explicación de la baja performance en materia de empleo observada en los últimos tres años, es la persistencia de regulaciones laborales que tornan poco flexible el mercado de trabajo en presencia de shocks inesperados de naturaleza macro o microeconómica. (COLOQUIO IDEA, 1995, p. 16)

Isso afetaria o equilíbrio das empresas de forma significativa. Nesse sentido, Bour defendia uma desregulamentação ainda maior das regras trabalhistas como forma de gerar mais empregos.

Nesse evento, o IDEA apresentou uma proposta, formulada pela Divisão Jurídica do instituto<sup>14</sup>, para a “modernização” das leis trabalhista. Com 56 páginas, esse documento fazia uma análise detalhada dos problemas que poderiam surgir no ambiente de trabalho e propunha soluções para eles. Primeiro, foi exibido um diagnóstico das regras que regiam a justiça do trabalho e, posteriormente, apresentou-se uma proposta de modificação, abordando contrato e jornada de trabalho, solidariedade entre patrões e empregados, lei de emprego, acidentes, higiene e segurança, associações sindicais, convênios coletivos, conciliação e mediação. De acordo com o IDEA, a análise estava orientada a contribuir para a redução dos custos das empresas, facilitar a criação de postos de emprego e “generar para los trabajadores posibilidades concretas de crecimiento dentro de un marco legal más flexible y competitivo” (COLOQUIO IDEA, 1995, p. 5).

Para o instituto, a globalização dos mercados, o regime competitivo das economias regionais e mundiais e os níveis de eficiência e qualidade que exigiam os consumidores faziam necessária uma revisão crítica do regime laboral, pois as normas rígidas e fechadas aumentariam os custos, já as flexíveis facilitariam a geração de empregos, uma vez que possibilitariam às empresas desenvolverem novas formas de trabalho, acesso a novos mercados, maior eficiência e competitividade (COLOQUIO IDEA, 1995, p. 5). Esse documento alertava para o alto custo que representava, para as

---

<sup>14</sup> Os autores desse trabalho foram os doutores: Santiago A. Lynch, Fernando García Albarido, Jorge Meilán, María Paula Lopardo, Silvio Lerer e Carlos Lagomarsino.

empresas, a grande quantidade de reclamações na Justiça do Trabalho e o montante anual que elas significavam. De acordo com o instituto, os dados dos processos trabalhistas eram alarmantes, porque em apenas um ano, de 1993 a 1994, o número de litígios foi de 54.535, dessa forma, os autores salientavam a necessidade de regulamentar os acordos coletivos e torná-los diretos, sem auxílio da justiça e do Estado, para diminuir os custos de demissão e aprovar contratos mais curtos, com possibilidade de alteração. As partes deveriam acordar sua remuneração fixa e as horas extras e “se podrá diferenciar a los trabajadores en función de la mejor calidad de prestación de la misma, la mayor eficiencia o productividad” (COLOQUIO IDEA, 1995, p. 26).

O documento ainda considerava discriminação às mulheres terem um capítulo separado na lei, pois “nada de lo especificado para las mujeres escapa la legislación laboral y por tanto su redacción es poco feliz”. Segundo a proposta de revisão laboral do IDEA, os artigos que previam direitos específicos para o sexo feminino deveriam ser excluídos em sua totalidade e apenas garantir os direitos particulares para os casos de gravidez. As restrições legais às demissões por causa de gravidez, matrimônio, acidentes de trabalho, doenças, entre outros casos, que garantiam indenização extra, também deveriam ser eliminadas e mantidas apenas as compensações tradicionais por demissão (COLOQUIO IDEA, 1995, p. 28).

O XXXII Colóquio, de 1996, contou com a presença de autoridades políticas da Argentina e do exterior, entre as quais estava o vice-presidente do Brasil, Marco Maciel, que fez junto com o chanceler Guido Di Tella a fala de abertura. O vice-presidente do Uruguai, Hugo Batalla, discursou no encerramento do evento, antes do presidente da Argentina, Carlos Menem. O chanceler Guido Di Tella, na conferência de abertura, afirmou que “pertencemos, todos, a una nueva ‘generación del 80’: la generación del 80 de este siglo está refundando lo hecho hace un siglo y que, casi, se había destruido” (COLOQUIO IDEA, 1996, p. 20). Di Tella afirmou que estava se formando uma nova Argentina, juntamente como um novo corpus de liberais ilustrados que iriam resgatar a prestigiada “geração dos anos 1880”<sup>15</sup> e apresentava a figura de Menem como central nesse processo. Marco Maciel, na mesma linha de Di Tella, apontava com otimismo as políticas implantadas nos anos anteriores no Brasil e na América Latina e salientava que o Mercosul era mais que um desafio econômico, sig-

---

<sup>15</sup> “Se conoce como generación del 80 a la elite argentina que gobernó el país durante los años 1880 y 1916. Esta se caracterizó por tener una fuerte influencia de la cultura francesa e inglesa. Los representantes de esta generación procedían de familias de la alta clase social e intelectual. El Partido Autonomista Nacional (PAN), cuyos principales líderes eran Julio Argentino Roca y Roque Sáenz Peña, fue el que principalmente gobernó durante este período.” Disponível em: <https://enciclopediadehistoria.com/generacion-del-80/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

nificava enfrentar juntos problemas comuns, buscando soluções que interessavam coletivamente os países (COLOQUIO IDEA, 1996, p. 22).

O colóquio de 1997, “El desafío de la integración en el mundo. Mercosur, Unión Europea y Nafta”, novamente abordou o tema da conexão da Argentina com os blocos econômicos do mundo, buscando encontrar caminhos para introduzir-se nos diferentes mercados e alçar importância dentro deles. Esse colóquio contou com as conferências do ex-presidente espanhol, Felipe González, e do diretor do Consejo Empresarial Argentino, Santiago Soldati, além de uma mensagem final dos presidentes do Brasil (Fernando Henrique Cardoso) e do Uruguai (Julio María Sanguinetti), que não puderam comparecer ao evento e a conferência de encerramento do presidente Carlos Menem, presença tradicional no evento. O discurso de abertura deste fórum salientou que:

La transformación de las economías nacionales y su integración al mundo no sólo presupone definir nuevamente el papel que debe cumplir el Estado en la sociedad, transfiriendo al sector privado buena parte de sus antiguas responsabilidades, sino también profundizar los mecanismos de la desregulación y la apertura comercial. Pero estos pasos deben ir acompañados de profundos cambios en las pautas educativas, formativas y culturales de la sociedad, dejando definitivamente atrás a aquel Estado paternalista que coartaba la iniciativa y la libertad de los ciudadanos, cercenaba las libertades del individuo y pretendía cumplir la función de benefactor. (COLOQUIO IDEA, 1997, p. 11)

Assim, o IDEA afirmava serem necessárias mudanças não apenas no setor econômico, mas também nas esferas educacionais e culturais. O instituto defendia uma reestruturação da sociedade, começando pela transformação das mentalidades e dos valores pessoais, sendo essencial aos cidadãos não se iludirem novamente com propostas populistas e socialistas, deixando de apostar no Estado como promotor de bem-estar social e passando a buscar soluções individuais e empreendedoras para sua própria vida. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 322), um novo tipo de sujeito é forjado no final do século XX, engendrando a figura do “homem-empresa” ou do “sujeito empresarial”, os quais favoreceram a instauração de uma rede de “estímulos e comprometimentos que têm o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo”.

Alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado implica necessariamente um devir-outro dos sujeitos. (...) O homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322)

Mais do que um “adestramento dos corpos”, foi necessário, de acordo com os autores, uma “gestão de mentes”, que disciplinasse os sujeitos a atuar no circuito

da produção e do consumo. Dessa forma, dispositivos e estratégias educativas (e de controle) foram implementadas para moldar o novo ideal de homem, bem como, para impor padrões que estabeleçam “os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer” (DARDOT; LAVAL, 2016); esses modelos conformaram a forma do homem contemporâneo de entender-se e posicionar-se no mundo.

O colóquio de 1998, “Los consensos básicos: desarrollo y sociedad”, procurou estabelecer alguns acordos que a sociedade deveria construir. Eles foram fixados em três direções: consenso de valores, de regime político e de ação política. A democracia seria um consenso intocável e já teria sido alcançada na Argentina; os demais pontos seriam mais difíceis de conquistar apoio na integralidade, no entanto, segundo o instituto, caminhava-se para uma aceitação cada vez maior à aplicação de políticas e valores de livre mercado. Foram palestrantes no colóquio os ex-presidentes do Banco Central da Argentina (José Luis Machinea), do Chile (Alejandro Foxley) e do Brasil (Persio Arida). Menem novamente encerrou o evento.

A fala que abriu o colóquio, preparada pelo instituto, fez um balanço da política adotada na década de 1990 na Argentina, considerada revolucionária e premonitória de um futuro de sucesso e de estabilidade política e econômica. A presença constante do presidente da república e de seus ministros no colóquio demonstrou que o instituto nutria um apoio quase irrestrito ao governo de Menem, visto que sua atuação era sempre elogiada como eficiente e precisa para colocar a Argentina no rumo certo. Para o IDEA:

Noventa meses después del comienzo del más profundo y revolucionario programa que se haya aplicado en el país en toda su historia y que permitió – entre otras cosas – alcanzar una economía consolidada, estabilidad cambiaria, crecimiento sostenido en los principales indicadores, con la mayoría de las empresas y actividades estatales ya privatizadas, procesos de desregulación en vastos sectores que anteriormente estaban protegidos y caracterizados, acompañando todo esto con una amplia apertura y un firme proceso de integración en el Mercosur. (COLOQUIO IDEA, 1998, p.11)

O projeto de governo adotado nos anos 1990 foi caracterizado, pelo IDEA, como o mais revolucionário da história argentina.

En el transcurso de los años ochenta los elementos esenciales del discurso liberal habían convertido en un sentido común para la mayor parte de los empresarios, y desde este marco se interpretaban la política y la economía. (BELTRÁN, 2011, p. 256)

Dessa forma, a adesão e o consenso às políticas neoliberais foram estabelecidos de uma forma que não provocasse críticas, pelos menos não abertas, à gestão que introduziu e efetivou as políticas que atenderam às demandas estabelecidas nos anos 1980 pelos empresários do país. Assim, no âmbito da naturalização, possí-

veis erros de administração ou perdas econômicas eram interpretados como parte do processo de estabilização do projeto adotado.

Os grandes prejudicados pelas políticas neoliberais foram as classes trabalhadoras, pois, se a estratégia anti-inflacionária teve êxito, produziu ao mesmo tempo distorções nos preços locais. Por exemplo:

Los precios al consumidor crecieron a tasas más elevadas que los mayoristas (en grande parte debido al aumento de las tarifas de los servicios públicos privatizados); entre estos, los agropecuarios más que los industriales, y los nacionales más que los importados. (CASTELLANI; GAGGERO, 2011, p. 267)

Dessa forma, os trabalhadores e os pequenos empresários foram os mais lesados com a crise advinda da adoção das políticas de livre mercado. Ao mesmo tempo, as empresas oligopolistas integradas com os capitais nacionais e estrangeiros aumentaram seus lucros e o controle que exerciam sobre os mercados.

Las fracciones dominantes que lograron asentar las bases de un nuevo patrón de acumulación durante la dictadura intentan consolidarlo ahora mediante el proceso democrático, con consenso social y político. (AZPIAZU; BASUALDO; KHAVISSE, 2004, p. 205)

Carlos Menem alcançou um alto índice de aprovação e de consenso por parte da sociedade argentina ao longo de seus dois mandatos. O fenômeno do menemismo foi um acontecimento sem igual na história argentina, pois conseguiu o apoio de diferentes espectros políticos impensados até então, os quais foram “capturados ideologicamente por el clima de época y por la prédica antiestatista, antipolítica, privatizadora y pro mercado del menemismo y otros sectores neoliberales” (PUCCIARELLI, 2011, p. 64).

Dessa forma, o menemismo somava três apoios políticos diferentes. O primeiro veio da classe trabalhadora, historicamente identificada com o peronismo que nutria por esse uma lealdade política, mas que acabou apoiando sua versão antiobreira. Em segundo lugar, Menem contou com o apoio da classe alta e média alta (antigamente alinhada à direita liberal), que “vislumbró la posibilidad de legitimar con el voto de los sectores populares tanto sus planteos doctrinarios como sus reivindicaciones generales y la defensa de sus intereses inmediatos” (PUCCIARELLI, 2011, p. 63). Era um voto de reconhecimento aos benefícios que lhes foram outorgados pelos processos de privatização das empresas públicas. Em terceiro lugar, seduziu também os grandes conglomerados urbanos (historicamente simpatizantes da UCR), representados pela classe média, que se voltara receptiva à ideologia da época e a liderança populista de Menem. O suporte dado por diferentes apoiadores políticos “consolidaba en el plan simbólico el cambio de la correlación de fuerzas que ya habían logrado imponer al resto de la sociedad” (PUCCIARELLI, 2011, p. 64).

El menemismo se constituyó, así, en la avanzada política y el núcleo dinamizador de este proceso refundacional, la “revolución conservadora”, que, al integrar en un mismo esquema formas anteriormente escindidas o desarticuladas del poder económico, social, cultural, político y estatal, se transformó en un modelo inédito de dominación hegemónica global que prevaleció claramente durante toda la década de los noventa, se prolongó brevemente con otra fórmula de gobierno durante los años posteriores y finalizó en forma abrupta, de la peor manera, como consecuencia del levantamiento popular de fines de 2001 (PUCCIARELLI, 2011, p. 65).

As promessas de modernização política, econômica, social e a intensa propaganda efetivada pelos meios de comunicação e pelos *think tanks*, como o IDEA, ao “novo” e “transformador” modelo adotado na Argentina, favoreceram a legitimação das medidas conservadoras por uma massa heterogênea de apoiadores. A democracia adotada a partir de 1983 deveria se afastar do modelo intervencionista e abraçar sua versão neoliberal, antiestatal e conservadora.

### Considerações finais

A implantação do neoliberalismo na América Latina foi concretizada efetivamente na década de 1990 (com exceção do Chile), apesar de contar com ensaios econômicos que remontam as décadas anteriores e introduziram políticas liberalizantes em algumas administrações. A Argentina mesmo tenho incorporado durante o último governo autoritário políticas neoliberais, somente vai desenvolver de forma sistemática e enquanto programa de governo o receituário neoliberal nos anos 1990 com o governo de Carlos Menem.

A participação de *think tanks* e de expertos na formulação de programas econômicos e na participação em administrações estatais, constituíram-se elemento comum para alguns centros de pensamento argentinos, esse foi o caso especialmente da FIEL e da Fundación Mediterranea. O IDEA, por sua vez, teve poucos membros ocupando espaços nos governos, bem como não manteve um núcleo duro de intelectuais para promover amplas propostas econômicas, ocupando um espaço maior como divulgador de análises constituídas em outros espaços. No entanto, o IDEA construiu um lugar de destaque entre os TTs argentinos nas décadas de 1980 e 1990, porque reuniu três características importantes: a aproximação com centenas de empresários, a realização de eventos e cursos de formação que objetivavam construir um consenso político e a publicação mensal de uma revista que tinha circulação entre a classe dominante do país.

As atividades concretizadas pelo IDEA tinham por intuito estabelecer ou aprofundar uma consciência neoliberal na Argentina. O convencimento no campo das ideias foi fundamental para que as concepções neoliberais fossem reconhecidas, aceitas e desejadas, especialmente nos grupos que podiam exercer maior pressão

frente às decisões do governo – os políticos e os empresários. Construir certo consenso em prol das políticas de livre mercado e a aceitação por amplos setores sociais desse “amargo remédio”, só foi possível pelo trabalho sistemático de associações e *think tanks* como o IDEA.

A defesa do livre mercado constituiu-se em um veículo unificador dos empresários argentinos no período abordado, os quais estabeleceram uma aliança entre si para posicionar-se no espaço público de forma padronizada. Suas ações políticas excederam as propostas econômicas e dirigiram-se também a debater/pensar o Estado como um todo. As reformas neoliberais do governo Menem satisfizeram as tradicionais demandas das associações empresariais e eliminaram suas desconfianças com a democracia, já que as transformações levadas a cabo por esse governo dificilmente seriam eliminadas por seus sucessores, devido à sua profundidade.

O IDEA objetivava estabelecer-se como um ator indispensável nos debates políticos e econômicos da sociedade. Nesse sentido, o instituto utilizou-se de várias estratégias, realizando grandes eventos públicos, atividades de formação, ampla disseminação de suas propostas sociais, alianças com setores empresariais e políticos da sociedade, bem como a edição de diversas publicações, as quais tiveram intenção de convencer e influenciar tanto a construção de uma consciência liberal, como a tomada de decisões político-econômicas pelo Estado e pelos empresários.

## Referências Bibliográficas

- ACUÑA, Carlos. Enseñanzas, mitos y realidades de la coordinación entre la sociedad civil y el Estado en América Latina: un análisis comparativo de la incidencia de *think tanks* y su coordinación con el Estado para mejorar políticas y programas de combate a la pobreza en México, Brasil, Ecuador y Uruguay. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD) SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 14., Salvador, 2009. *Anais*. Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.udesa.edu.ar/jspui/handle/10908/480>. Acesso em: 5 maio 2016.
- AZPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eduardo; KHAVISSE, Miguel. *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- BELTRÁN, Gastón. Las paradojas de la acción empresaria: las asociaciones del empresariado argentino y la persistencia de las reformas estructurales. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.). *Los años de Menem, la construcción del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. p. 221-261.
- BELTRÁN, Gastón. *Los intelectuales liberales: poder tradicional y poder pragmático en la Argentina reciente*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- BOTTO, Mercedes. *Think tanks en América Latina: radiografía comparada de un nuevo actor político*. In: ASTE, Norma Correa; MENDIZABAL, Enrique (ed.). *Vínculos entre conocimiento y política: el rol de la investigación en el debate público en América Latina*. Lima: Ediciones Nova Print, 2011. p. 83-112.

- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Crise do Estado e reformas neoliberais na América Latina: as privatizações na Argentina e no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 13., Niterói, 2017. *Anais*. Niterói: UFF/ABPHE, 2017, p. 1-32. ISBN 978-85-9402-901-0. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/congresso/xii-congresso-niteroi>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- CASTELANNI, Ana; GAGGERO, Alejandro. Estado y grupos economicos en la Argentina de los noventa. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord.). *Los años de Menem, la construcción del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. p. 263-292.
- CASTELLANI, Ana. *Estado, empresas y empresarios: la construcción de ámbitos privilegiados de acumulación entre 1966 y 1989*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.
- CINCUENTA años de IDEA. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina, 2010. Arquivo: “Hemeroteca Revistas” da Biblioteca del Congreso de la Nación, na cidade de Buenos Aires.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de *think tanks* e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, Hernán (org.). *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013. p. 58-78.
- FRIDERICHS, Lidiane. *A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998)*. Tese de doutorado, História, UNISINOS, Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8695>. Acesso em: 15 ago. 2019
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- IDEA - INSTITUTO PARA EL DESARROLLO EMPRESARIAL DE LA ARGENTINA. Disponível em: <https://www.idea.org.ar>. Acesso em: 30 jun. 2019
- KALTWASSER, Cristóbal. From right populism in the 1990s to left populism in the 2000s: and back again? In: LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (comp.). *The resilience of the Latin American Right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.
- MATO, Daniel. *Think tanks, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo) liberales en América Latina*. In: GRIMSON, Alejandro. *Cultura y neoliberalismo*. CLACSO: Buenos Aires, 2007.
- MCGANN, James G. *2017 global go to think tank index report*. University of Pennsylvania: TTCSP, 2018. Disponível em: [https://repository.upenn.edu/think\\_tanks/13](https://repository.upenn.edu/think_tanks/13). Acesso em: 18 jun. 2018.
- MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, [s.l.], v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>. Acesso em: 26 ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>
- NOVARO, Marcos. *Historia de la Argentina, 1955-2010*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

- PHELAN, Sean; DAWES, Simon. Liberalism and neoliberalism. *Oxford Research Encyclopedia of Communication*, [s.l.], p. 1-37, 2018. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-176>. Acesso em: 15 dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.176>.
- PUCCIARELLI, Alfredo. Menemismo: la construcción política del peronismo neoliberal. In: PUCCIARELLI, Alfredo. *Los años de Menem: la construcción del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p. 23-70.
- PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: RAMÍREZ, Hernán (org.). *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013. p. 13-57.
- RAMÍREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÉS, FIEL y Fundación Mediterránea*. Carapachay: Lenguaje Claro Editora, 2011.
- REVISTA IDEA. Buenos Aires: Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina, 1983 a 1999. Arquivo: "Hemeroteca Revistas" da Biblioteca del Congreso de la Nación, na cidade de Buenos Aires.
- RICH, A. *Think tanks, public policies and politics of expertise*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- ROBERTS, Kenneth M. Democracy, free market, and rightist dilemma in Latin America. In: LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (comp.). *The resilience of the Latin American Right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014. p. 25-47.
- UÑA, Gerardo. *Think tanks en Argentina: sobrevivendo a la tensión entre la participación y la permanencia*. In: GARCÉ, Adolfo; UÑA, Gerardo. *Think tanks y políticas públicas en Latinoamérica: dinámicas globales y realidades regionales*. Buenos Aires: Prometeo, 2007. p. 139-182.

Recebido: 08/09/2021 – Aprovado: 29/04/2022

**Editores Responsáveis**

Miriam Dolhnikoff e Miguel Palmeira